



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA REFORMULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL DO IFCE

ROBERTA MENEZES SOUSA¹

MOÍZA SIBERIA SILVA DE MEDEIROS²

RESUMO:

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência sobre a curricularização da extensão, a partir da revisão e atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) *Campus* Iguatu. Apresenta-se a concepção de extensão e a curricularização da extensão indissociável do ensino e da pesquisa, os caminhos trilhados pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso na construção da proposta de curricularização e seu desenho metodológico. Apontam-se as potencialidades desse desenho, bem como os possíveis desafios em sua implementação.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão. Curricularização. Projeto Pedagógico

ABSTRACT:

This work is an experience report on the curricularization of extension, based on the review and update of the Pedagogical Project of the Bachelor's in Social Service at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará (IFCE) *Campus* Iguatu. The conception of extension and the curricularization of the inseparable extension of teaching and research are presented, as

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

well as the paths taken by the Course's Structuring Teaching Center (NDE) in the construction of the curricularization proposal and its methodological design. The potential of this design is highlighted, as well as the possible challenges in its implementation.

KEYWORDS: Extension. Curriculum. Pedagogical Project.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência sobre a curricularização da extensão, a partir da revisão e atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) *Campus Iguatu*.

O Curso de Bacharelado em Serviço Social foi criado em 2010, na região centro-sul do Ceará, na cidade de Iguatu, e é o primeiro e único curso da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em todo território brasileiro, fruto do processo de expansão e interiorização da educação superior brasileira. É o segundo presencial público do Estado do Ceará, depois de 60 anos de criação do primeiro curso oferecido pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

O objetivo do nosso curso é formar profissionais que atuem na refrações da “questão social”, no âmbito das diferentes políticas sociais, mediante a formação teórico-metodológica e ético-política para a compreensão do significado social da profissão e seu desenvolvimento sócio histórico, a análise do movimento histórico da sociedade brasileira, das particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e particularidades regionais e apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade, a fim de subsidiar o exercício das atividades técnico-operativas.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) compreende um conjunto de conhecimentos e habilidades para a formação político-profissional, que se esmiúçam em matérias e são imprescindíveis “para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional” (ABEPSS, 1996, p. 4).

Considerando isto, a curricularização da extensão revela-se fundamental para a formação de profissionais competentes, críticos e cidadãos que sejam capazes de conceber e objetivar na sua prática profissional, as intencionalidades e finalidades expressas no projeto ético-político coletivos: a defesa e ampliação dos direitos sociais, o atendimento e modificação da realidade dos usuários, e a transformação social e conquista da emancipação humana.

O Curso de Serviço Social do IFCE iniciou o processo de revisão e atualização do PPC em 2018³, ano em que foi aprovada a regulamentação nacional sobre a curricularização da extensão. De pronto, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) procurou a Pró-reitoria de Ensino do IFCE para saber sobre as diretrizes institucionais para a curricularização da extensão. O IFCE ainda estava em processo de discussão a respeito. No ano de 2019 a revisão do PPC avançou, mas o NDE decidiu recuar e pausar o processo porque uma vez modificando o Projeto, ele precisa ser cadastrado nos sistemas do Ministério da Educação. Como somos o único curso de Serviço Social na Rede Federal, nosso receio era de possíveis ataques ao Curso em razão do contexto fascista e reacionário de defesa do Projeto Escola sem Partido e outros ataques à educação. A regulamentação do IFCE sobre curricularização da extensão só foi publicada em 2022.

Passada a Pandemia de COVID-19, o curso sofreu uma grande renovação do quadro docente, necessitando de mais um tempo para a reconfiguração do NDE. A retomada do processo de revisão e atualização do PPC se deu no ano de 2023, e agora se encaminha para sua finalização para tramitação nas instâncias do IFCE e possível implementação em 2024.

Dito isto, este relato de experiência pretende apontar a compreensão de extensão que embasou a proposta de curricularização da extensão do Curso de Serviço Social do IFCE, posteriormente, descrever a metodologia de construção desta proposta e, por fim, o seu desenho para a formação profissional em Serviço Social. As considerações finais mensuram os desafios que possam vir a surgir na sua implementação, mas também a potencialidade da curricularização da extensão numa perspectiva crítica, dialógica e socialmente referenciada.

2. A CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO NUMA PERSPECTIVA FREIREANA E O TRIPÉ ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

³ A última revisão e atualização do PPC se deu no ano de 2013, passando a vigorar em 2014. O PPC praticado atualmente no curso de Serviço Social do IFCE ainda é o de 2014.

A Educação Popular é um campo prático e de conhecimento sensível às necessidades da sociedade, capaz de fomentar formas coletivas de aprendizado, ampliação da capacidade de análise crítica da realidade social e o aperfeiçoamento das estratégias das lutas sociais.

Sob este prisma, a extensão não se reduz a estender o conhecimento elaborado por aqueles que se consideram sabedores para aqueles que são julgados por estes como não sabedores (FREIRE, 2006). De acordo com Freire (2006), a transferência passiva de conteúdos é um equívoco gnosiológico da extensão, porque é reflexo de uma sociedade opressora em que a ignorância reside sempre no outro.

Nas práticas extensionistas, do ponto de vista da Educação Popular, os sujeitos deixam de ser meros cumpridores de rituais e depositários do saber. Passam da condição de receptores para a de produtores do conhecimento. Os educadores, conscientes do seu inacabamento, educam e educam-se na relação com os outros, na problematização do conhecimento frente à realidade social, superando compreensões de mundo incapazes de explicar e apontar soluções para os problemas sociais.

Nesta perspectiva, a extensão popular torna-se instrumento de reorientação da formação profissional em Serviço Social, das práticas educativas e da relação universidade-sociedade. Valoriza as trocas entre sujeitos coletivos e o processo de (re)construção do conhecimento, pautada no diálogo e nas relações horizontais. É neste sentido que a extensão oportuniza a retroalimentação do tripé ensino, pesquisa e extensão, uma vez que é uma ferramenta potente de ensino, pois aciona o par dialético teoria e prática, e estimula a pesquisa e produção do conhecimento, a partir do contato com a realidade vivida dos sujeitos sociais e seus contextos.

3. A PROPOSTA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL DO IFCE CAMPUS IGUATU

3.1 PROCESSO METODOLÓGICO DA CONSTRUÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA REFORMULAÇÃO DO PPC

Nas discussões coletivas sobre as atividades extensionistas e o seu alinhamento ao PPC, nas reuniões do NDE, apontou-se para a necessidade de realização de leituras de documentos para orientar a implantação da curricularização da extensão no curso, a saber: as Diretrizes para a extensão na educação superior, de 2018, do Ministério da Educação (MEC); o documento



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Curricularização da Extensão e Serviço Social, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), lançado em 2022 e o Guia de curricularização das atividades de extensão nos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação do IFCE, produzido no mesmo ano. Vale ressaltar a participação no projeto Trilha de Aprendizagem para a Curricularização da Extensão no IFCE: construindo caminhos, promovido pela Pró-reitoria de Extensão do IFCE, que consistiu em debates virtuais por meio de lives no canal do IFCE no *Youtube*.

Buscou-se atender às exigências da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024.

Estas diretrizes regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, como componentes curriculares, parte de componentes curriculares específicos de extensão ou a junção das duas formas, mediante programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços. De acordo com a respectiva resolução, a extensão é uma atividade que deve compor no mínimo 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação. Como integrante da matriz curricular dos cursos e à organização da pesquisa,

constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018. p. 1-2)

Concomitante ao estudo dos documentos supracitados, delineamos a concepção de extensão e de prática extensionista. Alicerçadas nos fundamentos do Projeto ético-político do Serviço Social e no método da Educação Popular, privilegiam formas coletivas de aprendizagem, de valorização das trocas interpessoais, de diálogo e relações horizontais entre professores, estudantes e comunidades. Desse modo, a extensão pode desenvolver um pensamento crítico e reflexivo, permitindo desvelar a realidade e a proposição de ações transformadoras que levem os indivíduos à sua autonomia e os sujeitos históricos e sociais à emancipação.

Nesta perspectiva, projetamos no PPC uma extensão popular, que privilegia as experiências dos sujeitos envolvidos e que garanta sua autonomia e seus interesses; comunicativa, porque o diálogo é elemento fundamental de valorização do saber popular, gerador de vínculos e de construção de entendimento crítico da realidade social, sem absorção ingênua de leituras de mundo; e orientada para os processos emancipatórios.

3.2 O DESENHO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

No âmbito do IFCE, a orientação prevista no “Guia de curricularização das atividades de extensão nos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação do IFCE” é de que a curricularização da extensão possa se dar em três modalidades:

Componentes curriculares de extensão não específicos – Modalidade I: Atividades de extensão a serem desenvolvidas nos componentes curriculares já estabelecidos no PPC, integrando conteúdos curriculares e atividades extensionistas.

Componentes curriculares de extensão específicos – Modalidade II: Unidade curricular específica de extensão composta por atividades curriculares de extensão constituintes do Plano de Unidade Didática (PUD) e do currículo do curso.

Outras atividades de extensão curricularizadas - Modalidade III: Atividades de extensão diversas, promovidas no âmbito do IFCE, desde que previstas no PPC, incluindo ofertas de Cursos de Formação Inicial e Continuada, programas e projetos, envolvendo Napnes, Neabis, Empreendedorismo, Incubadoras, Inovação, dentre outros. (IFCE, 2022, p. 14 e 15. Grifos originais).

Partindo da compreensão de que a extensão não deve ser entendida como mera oferta de serviços à comunidade, nem como a transmissão de conhecimentos das instituições de ensino para com as comunidades, optamos por curricularizar a extensão a partir de uma metodologia que possibilitasse a interlocução de saberes entre estudantes, docentes e comunidades, sujeitos e coletivos sociais, de forma permanente e contínua.

Optamos por construir nossa proposta de curricularização a partir das modalidades 1 e 2, conforme descritas acima. Nas discussões realizadas no âmbito do NDE, concluímos que não seria possível, na modalidade 1, curricularizar a extensão em todas as disciplinas, seja pela natureza de algumas delas, seja porque isso demandaria pulverizar a carga horária de extensão em várias disciplinas, não oportunizando a vivência da extensão em sua completude, pois a maioria de nossas disciplinas possuem uma carga horária de 80h ou 40h. Consideramos que 8h ou 4h não seriam suficientes para elaborar propostas de extensão que promovessem o contato com a comunidade externa, de forma a produzir conhecimento coletivo, apreensão da realidade e ações com potencial transformador.

Propusemos então que algumas disciplinas tivessem carga horária curricularizada numa média de 50% de sua carga horária, oportunizando disciplinas do mesmo semestre a fim de que as ações de extensão também possam acontecer de forma integrada e interdisciplinar, e criamos Núcleos Especiais de Extensão a fim de garantir que ao longo de todo processo formativo as(os)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estudantes pudessem ter a vivência da extensão através de programas e projetos em caráter permanente.

Neste sentido, a curricularização da extensão na proposta do PPC do Curso de Serviço Social do IFCE está assim desenhada: das 3.100h totais do Curso, temos 310h curricularizadas da seguinte forma: 230h nas disciplinas e 80h em dois Núcleos Especiais de Extensão. Segue abaixo tabela demonstrando quais disciplinas receberam a curricularização da extensão.

Tabela 1 Disciplinas com carga horária de extensão na Matriz do Curso de Serviço Social do IFCE

DISCIPLINAS COM CARGA HORÁRIA DE EXTENSÃO	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA CURRICULARIZADA DE EXTENSÃO	INTERLOCUÇÃO COM OUTRAS DISCIPLINAS A PARTIR DE PROJETOS INTEGRADORES
Introdução à extensão universitária e educação popular	1º	40h	30h	Introdução ao Serviço Social Antropologia Social
Antropologia Social	1º	80h	20h	Introdução à extensão universitária e educação popular
Relações de gênero, classes e raça/etnia e interseccionalidade	3º	40h	20h	Questão Social e Serviço Social
Questão Social e Serviço Social	3º	80h	20h	Relações de gênero, classes e raça/etnia e interseccionalidade
Movimentos Sociais e Serviço Social	4º	40h	20h	Capitalismo e Questão Regional (Questão Urbana e Questão Agrária)
Capitalismo e Questão Regional (Questão Urbana e Questão Agrária)	4º	40h	20h	Movimentos Sociais e Serviço Social
Direitos Humanos e Serviço Social	7º	40h	20h	Relações Étnico-raciais e Serviço Social
Relações Étnico-raciais e Serviço Social	7º	40h	20h	Direitos Humanos e Serviço Social
Eletivas 1, 2 e 3	6º, 7º e 8º	40h	20h	-

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social do IFCE



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No primeiro semestre foi criada a disciplina “Introdução à extensão universitária e educação popular” cujo objetivo é introduzir as(os) discentes no ensino superior a partir da compreensão da formação profissional em Serviço Social perpassada pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva popular. O objetivo é também debater sobre a dimensão socioeducativa da profissão e sua relação com os movimentos sociais. A disciplina também foi pensada com o propósito de fornecer subsídios para as ações curricularizadas de extensão posteriores, partindo da compreensão dialógica e popular de Paulo Freire.

Nos demais semestres, as disciplinas já existentes no Curso: Antropologia Social, Relações de gênero, classes e raça/etnia e interseccionalidade, Movimentos Sociais e Serviço Social, Direitos Humanos e Serviço Social e as disciplinas eletivas tiveram parte de sua carga horária curricularizada por entendermos que é possível elaborar projetos e programas de extensão que abordem temáticas comuns a essas disciplinas, possibilitando inclusive atividades integradas e interdisciplinares, potencializando a troca de saberes também entre as turmas, e garantindo a natureza contínua das ações de extensão, de um período letivo para o outro.

Quanto aos Núcleos Especiais de Extensão, foram propostos dois, inseridos no 3º e 5º semestres, antecedendo as disciplinas de Estágio Supervisionado em Serviço Social, com o intuito de serem componentes curriculares que oportunizarão a interdisciplinaridade e a realização de diferentes ações de extensão de acordo com as necessidades sociais e os contextos dos territórios e coletivos do município e região nos quais o Curso está inserido, possibilitando que um conjunto de atividades possam ser realizadas através da coordenação de um ou mais docentes, de forma integrada a outras disciplinas do semestre ou até mesmo de outros cursos da instituição. A proposta do componente curricular Núcleo Especial de Extensão também é de potencializar as ações já desenvolvidas pelos Núcleos de Estudos e Pesquisa do Curso, quais sejam: Núcleo de Estudo e Pesquisa Trabalho, Serviço Social e Políticas Sociais (NETRASS) e Núcleo de Educação, Políticas Sociais e Serviço Social (NEPSSS).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A curricularização da extensão nas disciplinas e componentes curriculares do Curso de Serviço Social do IFCE, conforme descrita neste relato, ainda não foi implementada. O NDE está finalizando o Plano de Transição Curricular para ser incorporado à revisão do PPC e

posteriormente seguir para aprovação no Conselho Superior do IFCE. No entanto, já podemos apontar algumas possíveis dificuldades em sua implementação: a primeira diz respeito ao perfil dos(as) discentes, em sua maioria trabalhadores(as). Como as ações de extensão acompanharão a dinâmica do Curso e sendo ele noturno, nos inquieta se será possível garantir os públicos e cenários para a efetivação dessas ações no período noturno. A segunda questão diz respeito aos recursos institucionais para a garantia do financiamento das atividades de extensão, preocupação esta que perpassa os demais cursos do IFCE, tendo em vista o desfinanciamento da educação superior nos últimos anos.

Apesar disso, acreditamos que a curricularização da extensão em nosso curso se fará de forma muito potente e propositiva, uma vez que os projetos de extensão que historicamente já vêm sendo implementados, sempre se deram numa perspectiva de fortalecimento das políticas públicas, de fortalecimento dos movimentos sociais e outros sujeitos coletivos, pautados numa proposta pedagógica e educativa popular, de disseminação da ciência, mas ao mesmo tempo de valorização dos saberes populares.

Ao integralizar a extensão no processo de revisão e atualização do PPC do Curso de Serviço Social do IFCE vislumbramos a possibilidade de fortalecer a formação integral e crítica das(os) estudantes, de proporcionar a aproximação com a realidade social, assim como de aperfeiçoar as práticas profissionais e fomentar a produção de conhecimento coerente para o enfrentamento da questão social e suas expressões, através do tripé extensão-ensino-pesquisa e do fortalecimento da indissociabilidade entre teoria e prática.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social**. ABEPSS, 1996.
- BRASIL. **Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. PARECER CNE/CES Nº: 608/2018. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECESN6082018.pdf?query=Educa%C3%A7%C3%A3o%20Infantil>. Acesso em: 27 de agosto de 2024.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. São Paulo, Paz e Terra, 2006.
- IFCE. **Guia de curricularização das atividades de extensão nos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação do IFCE** / Instituto Federal do Ceará, Ana Cláudia Uchôa Araújo ... [et al]. - 2.ed. – Fortaleza: IFCE, 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social